



INFORMAÇÃO SETEMBRO | 2023

Cofinanciado por:



Cofinanciado pela
União Europeia

Novas Técnicas Genómicas (NTG)

Neste momento, a produção de alimentos na União Europeia está a enfrentar, talvez, o seu maior desafio desde a II Guerra Mundial.

Paulatinamente, a produção e a produtividade têm deixado de ser o principal foco da PAC e estas duas componentes têm vindo gradualmente a ser relegadas para segundo plano.

Será que tudo o que se julgava como adquirido em termos de alimentação humana e animal está actualmente assegurado?

Será que a UE no seu todo já percebeu que a globalização “pura e dura” pode levar, em tempos de crise, a que existam rupturas nas cadeias de abastecimento do espaço comunitário?

Será que os consumidores europeus já perceberam que a alimentação de qualidade tem um preço a que não estavam habituados?

Desde o final dos anos 80 que a área da biologia molecular e da biotecnologia tem sofrido uma profunda evolução, o que levou ao desenvolvimento de ferramentas agronómicas poderosas, com uma vasta área de abrangência. No entanto, estas não têm podido ser usadas plenamente pelos agricultores europeus, devido a imposições legislativas que nada têm a ver com a agricultura e com o mundo rural, mas antes com manipulações grosseiras, mas eficientes, de determinadas correntes ideológicas extremistas.

Ou seja, a ciência tem sido sistematicamente relegada para 2º plano, embora isto só se verifique na agricultura. O exemplo mais evidente deste facto é que no espaço de um ano e meio, contra todas as expectativas, a biotecnologia permitiu que fosse produzida, comercializada e aplicada em milhões de pessoas uma vacina contra o COVID 19, sem que houvesse qualquer contestação significativa.

É neste quadro que a biotecnologia, em particular a utilização de Novas Técnicas Genómicas (NTG), é um instrumento vital para apoiar a inovação no sector da reprodução vegetal e no sector agrícola como um todo, sendo um dos principais componentes que tem de ser utilizada sem constrangimentos políticos que nada têm a ver com a agricultura e o mundo rural já que, tal como no melhoramento convencional, não existe a introdução de DNA exógeno à espécie, ao invés do que acontece com as variedades geneticamente modificada (OGM).

Com a edição do genoma estamos a acelerar o que a natureza e o Homem fariam em centenas de anos, direccionando a ciência para os fins pretendidos: proporcionar às plantas maior resistência às alterações climáticas (seca por exemplo), combater doenças e pragas diminuindo a utilização de produtos fitofarmacêuticos, aumentar o período de prateleira dos produtos combatendo o desperdício alimentar, ir ao encontro do gosto dos consumidores, aumentar a produtividade das culturas, etc.

Neste contexto, a CAP é a favor da proposta tornada pública pela Comissão Europeia no passado dia 5 de Julho, em que é apresentado um pacote legislativo para a utilização sustentável dos principais recursos naturais, visando igualmente reforçar a resiliência dos sistemas alimentares e da agricultura na Europa. Este, contempla uma medida específica que possibilita a utilização, por parte dos agricultores, de plantas e sementes melhoradas através de Novas Técnicas Genómicas (NTG), o que permitirá aos obtentores acelerar os seus programas de

reprodução e melhoramento vegetal, colocando no mercado variedades ambientalmente mais sustentáveis e de elevada qualidade.

A proposta da Comissão contempla a possibilidade das plantas obtidas por NTG que tenham sido modificadas por mutações pontuais (na proposta designadas por NTG1) poderem ser enquadradas numa legislação que permite a sua adopção através de um procedimento simplificado, reduzindo assim consideravelmente o tempo de chegada ao mercado destas plantas ou dos produtos seus derivados, à semelhança do que acontece com as variedades obtidas por métodos convencionais de melhoramento.

As variedades que possuam modificações mais profundas (catalogadas como NTG2), serão alvo de um procedimento mais restritivo, restando esperar que a sua colocação no mercado se processe também de uma forma desburocratizada e rápida.

Caso seja aprovada tal como está, esta proposta contribuirá efectivamente para que os agricultores possam ir ao encontro das ambições expressas pela Comissão no Green Deal e na estratégia Farm to Fork, dado que é exequível.

As NGT constituem um grupo diversificado de técnicas aplicadas ao melhoramento vegetal. Não sendo possível a criação de um pacote normativo que possa prever todas as situações, a legislação que venha a vigorar deve ter em conta as características do produto final e não a tecnologia utilizada no seu desenvolvimento, pelo que a existência de referências a este nível é contraproducente em termos de informação ao consumidor através da rotulagem.

Lembramos que, em 2020, o Prémio Nobel da Química foi atribuído às duas cientistas que desenvolveram a tecnologia da edição do genoma, pelo que é fácil perceber a necessidade de se combater a falta de informação e contra-informação que actualmente existe na opinião pública sobre este tema.

Temos de evitar a todo o custo que os agricultores sejam, como quase sempre acontece, a “moeda de troca” para a imposição de políticas e lógicas comerciais que só grassam devido a uma opinião pública maioritariamente urbana e desinformada.

A CAP considera que a utilização da biotecnologia é um dos factores mais importantes no actual contexto de produção de alimentos na UE, já que irá impulsionar a componente económica que, obviamente, tem um papel central na selecção das espécies e variedades que irão ser cultivadas: nunca haverá sustentabilidade social e ambiental se as culturas não forem opções economicamente viáveis para os agricultores que, tal como o resto da população, aspiram a condições de vida dignas.

Uma “caixa de ferramentas” adaptada aos dias de hoje terá de englobar, entre outros, uma panóplia de instrumentos diversificados tais como produtos fitofarmacêuticos, biopesticidas, agricultura de precisão, digitalização, variedades melhoradas através das NTG... e os agricultores europeus não se podem dar ao luxo de não a utilizar, caso queiram sobreviver enquanto tal e serem competitivos com os restantes parceiros comerciais a nível mundial.

Face às actuais imposições, a Comissão não pode continuar a empurrar os seus agricultores para uma espécie de “ilha” onde predominam as restrições, sem que sejam apontadas soluções viáveis. É neste contexto que consideramos esta proposta extremamente importante para o futuro próximo.